

ENTENDENDO A CONFIGURAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DA CIDADE: formatos, atuação, características e interações

Carolina Andion

Fabiana Witt

André Manoel

Resumo

Esse estudo debate o campo da prática das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil, focalizando a sua atuação local. Para tanto, o estudo parte de uma revisão de literatura dos dados das estatísticas disponíveis sobre o campo das OSCs no Brasil para propor uma tipologia de análise de OSCs. Como base nessa tipologia, realizamos um trabalho de cartografia das OSCs que atuam na cidade de Florianópolis. Para tanto, foram utilizadas duas estratégias complementares de pesquisa: (1) *survey* com uma amostra representativa de 124 OSCs que atuavam nas grandes áreas da FASFIL (IBGE,2019); (2) olhar ampliado para 171 iniciativas de inovação social que foram observadas pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF, 2020). Os resultados permitem mapear e analisar a sociedade civil e sua atuação na cidade de Florianópolis, focalizando sua composição, características e interações. Tal exame permite um olhar mais acurado sobre a configuração das OSCs e sua atuação junto as políticas públicas no âmbito local, trazendo aprendizados não apenas sobre a realidade de Florianópolis, mas também subsídios sobre o campo das OSCs no Brasil.

Palavras-chave: Organizações da sociedade civil. Tipologias. Interações socio-estatais. Políticas Públicas. Brasil.

Abstract

This study discuss the field of practice of civil society organizations (CSOs) in Brazil, focusing on their local performance. To this end, the study starts from a review of literature and statistical data available on CSOs in Brazil to propose a typology of analysis of CSOs. Based on this typology, we carried out a mapping of the CSOs that operate in the city of Florianópolis. For this purpose, two complementary research strategies were used: (1) survey with a representative sample of 124 CSOs that operated in the large areas of FASFIL (IBGE, 2019), (2) an expanded look at 171 social innovation initiatives that were observed by the Observatório of Social Innovation of Florianópolis (OBISF, 2020). The results allow mapping and analyzing civil society and its activities in the city of Florianópolis, focusing on its composition, characteristics and interactions. Such an examination allows for a more accurate look at the configuration of CSOs and their performance with public policies at the local level, bringing learning not only about the reality of Florianópolis, but also subsidies on the field of CSOs in Brazil.

Keywords: Civil society organizations. Typology. Socio-state interactions. Public policies. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a sociedade civil no campo de públicas se complexificou profundamente nas últimas décadas. A discussão sobre a condutividade da sociedade civil à democracia, contempla desde entusiastas que verificaram uma ampla gama de efeitos positivos da sociedade civil junto a seus membros e nas estruturas sociais e políticas, e céticos que levantam as falhas e até mesmo exemplos de influência negativa da sociedade civil sobre as democracias (DOWLEY; SILVER 2002). Neste estudo, mais do que concentrar em estabelecer de forma definitiva e a priori a sua configuração, a delimitação e o que determina/condiciona a sua autonomia ou dependência nas suas relações, julga-se ser necessário estudar e acompanhar empiricamente como se configura e atua as organizações da sociedade civil em âmbito local.

Se de um lado não é possível afirmar que a ampliação da participação da sociedade civil por si só venha proporcionando avanços nas democracias; por outro lado, há um crescente interesse em compreender as transformações substanciais que ela vem sofrendo e seus efeitos. Em outras palavras, a participação da sociedade civil na esfera pública não é por si só um avanço, sendo necessário analisar as condições na qual ela se produz e seus efeitos (contexto, atores envolvidos, formas de decisão, resultados produzidos).

Tradicionalmente, na administração pública e no campo de análise de políticas públicas, o papel da sociedade civil tem sido interpretado de forma residual. Embora a agenda de pesquisa tenha se expandido significativamente nos últimos anos, a compreensão do papel e da atuação que os coletivos, organizações e instituições que compõe a sociedade civil exercem na política pública ainda é limitado e pouco explorado (ANDION e SERVA, 2004; ANHEIER, 2005; ANDION et al, 2017). Isso porque a maioria dos estudos não penetram e analisam empiricamente a fundo a configuração da sociedade civil, suas interações e atuação. Além disso, pouco focalizam nas interações socio-estatais desconsiderando, assim, que Estado e sociedade civil encontram-se mutuamente permeados (embedded).

Apesar da longa trajetória desse campo de estudos, a origem e delimitação da sociedade civil é controversa e a sua interpretação muda, com base na realidade social investigada e a partir de diferentes lentes teóricas e analíticas que vão (re)definindo essa noção ao longo do tempo (BOBBIO, 1982; ANDION, 2009; ANDION e SERVA, 2004; EHRENBURG, 2011; SIMIONATTO, 2010; ANDION et al, 2017). Isso também porque o campo é caracterizado por uma rica mistura de grupos e uma vasta gama de ações coletivas de diferentes tipos,

tamanhos, finalidades e níveis de formalidade. Tal diversidade se relaciona com as realidades histórica e institucional de cada lugar, e embora se reconheça isso, a literatura propõe tipologias gerais e de certa forma universais, incluindo *nonprofits*, associações voluntárias, organizações não governamentais (ONGs), entre outras que muitas vezes desconsidera as particularidades e as características desses grupos e sua pluralidade na prática.

Porém como essas tipologias se apresentam em escala local? Quais as fronteiras e as relações e entre esses grupos/tipos/formas? Quais características possibilitam uma delimitação que evidencie a pluralidade e heterogeneidade no campo? Como essas organizações se relacionam entre si e com o governo? Como atuam? A importância de responder tais perguntas reside justamente no fato de que as características, as formas de atuação das OSCs em âmbito local e seus efeitos carecem de conhecimento detalhado, informações sistemáticas e maior aprofundamento (LOPEZ, 2018).

Para avançar nesse debate, esse estudo parte de uma revisão de literatura sobre as organizações da sociedade civil para propor uma tipologia de análise do fenômeno. Como base nessa tipologia, realizamos um trabalho de cartografia das OSCs que atuam em Florianópolis. Para tanto foram utilizadas duas estratégias complementares de pesquisa: (1) survey com uma amostra representativa de 124 OSCs que atuavam nas grandes áreas da FASFIL (IBGE,2019), (2) olhar ampliado para 171 iniciativas de inovação social que foram observadas pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF, 2020).

Os resultados permitem mapear e analisar a sociedade civil e sua atuação na cidade de Florianópolis, focalizando composição, suas interações e características. Tal exame permite um olhar mais acurado sobre a configuração das OSCs e sua atuação junto as políticas públicas no âmbito local, trazendo aprendizados não apenas sobre a realidade de Florianópolis, mas também subsídios sobre o campo das OSCs no Brasil.

2. (RE) CONHECENDO A SOCIEDADE CIVIL E SUA CONFIGURAÇÃO

A sociedade civil, enquanto fenômeno e objeto de pesquisa nas ciências sociais, não é algo novo, mas permeado por diferentes perspectivas que foram sendo (re)definidas ao longo do tempo (BOBBIO, 1982; GURZA LAVALLE, 1999; KALDOR, 2003; NOGUEIRA, 2003; ALVES, 2004; ANDION, 2009; SIMIONATTO, 2010), o que é discutido tanto no debate internacional, como nacional e explorado brevemente a seguir.

2.1 Os diferentes enclaves que compõem a sociedade civil: esboço de uma tipologia

Vários autores desenvolveram suas teorias baseadas na ideia de que a sociedade civil é uma noção eminentemente “moderna”, como se supunha em algumas interpretações clássicas de sociedade civil, como em Habermas (1984), Gramsci (1989), Hegel (2011) e Marx (1985), entre outros. Esses e outros autores, influenciados pelo contexto da modernidade, contribuíram para a visão dicotômica entre Estado e sociedade civil, sendo esta última apresentada sob uma acepção anti-estatal, que mantém um lugar marginal na construção das regras e do alcance para o bem comum (ARENDDT, 1991; ANDION, 2009; COHEN; ARATO, 1992).

Entretanto, outros autores, mais recentemente, têm (re) discutido que a gênese do fenômeno é praticamente concomitante ao próprio surgimento da política (ARENDDT, 1991; COHEN; ARATO, 1992; BOBBIO, 1999; ANDION, 2009; EHRENBEBER, 2011). Para Ehrenberg (2011), essa gênese remonta aos pensadores gregos e romanos que começaram a refletir sobre a sociedade civil enquanto uma tentativa mais geral de estabelecer uma “geometria das relações humanas”, levando-os a pensar sobre a *civility* (civildade) como uma orientação para o bem comum e como exigência para uma cidadania efetiva.

Tudo isso, portanto, remete a uma reflexão sobre o fenômeno da sociedade civil que advém de uma história muito mais longa do que aquela apresentada somente pela modernidade (perspectiva negativa da sociedade civil, enquanto anteato do Estado) ou somente pela crise do Estado de Bem-Estar Social. Esta última, inclusive, também é apontada como a principal responsável pelo surgimento do chamado “Terceiro Setor”, que viria para suprir as fissuras e/ou lacunas desse Estado deficitário (perspectiva positiva da sociedade civil).

A falta de consenso no debate sobre sociedade civil pode ser encontrada não só na gênese do fenômeno, mas também na sua própria definição, o que, para Edwards (2011), reside na existência de uma pluralidade de visões acerca do que constitui a sociedade civil. Se de um lado há quem entenda a sociedade civil como parte da sociedade, como o “mundo das associações voluntárias; de outro lado há quem a conceba como uma espécie de sociedade marcada por normas sociais; e, para outros, a sociedade civil é um espaço de ação e engajamento do cidadão na esfera pública.

Além dessa elasticidade em sua concepção, a sociedade civil é caracterizada por uma rica mistura de grupos e uma vasta gama de instituições de diferentes tipos, tamanhos, finalidades e níveis de formalidade, o que contribui para com o que Putnam (1993) definiu como “sociedade civil vibrante”.

Essa diversidade nas formas da ação coletiva da sociedade civil se relaciona com as realidades histórica e institucional de cada lugar, e embora se reconheça isso, recorrendo à

literatura sobre as organizações da sociedade civil, pode-se identificar alguns tipos mais comuns, incluindo organizações sem fins lucrativos, associações voluntárias ou de base voluntária, organizações não governamentais (ONGs) de defesa e desenvolvimento, associações de economia social e solidária, além de mobilizações coletivas, e a sociedade civil global.

Conforme Edwards (2011) explica, na imaginação popular ou na mente dos financiadores e dos formuladores de políticas públicas, são essas as formas de sociedade civil que normalmente vêm à mente quando se fala em sociedade civil, o que pode muitas vezes gerar confusões e suposições. Além disso, as fronteiras entre esses grupos/tipos/formas nem sempre são claras, entretanto, algumas características possibilitam uma delimitação que evidencia a pluralidade e heterogeneidade no campo. Essas formas da sociedade civil, ou componentes da sociedade civil, são brevemente apresentados na sequência.

Uma primeira categoria discutida na literatura é das **organizações sem fins lucrativos** que surgem para responder aos problemas sociais, desempenhando um papel central, sobretudo, na prestação de serviços públicos essenciais. Marcadas sobretudo pelo conceito de terceiro setor e/ou à noção de governo da terceira parte (SALAMON, 2011), tais organizações se inserem no movimento de reinvenção do Estado, diante das reformas do NPM, assumindo um papel de complementaridade da ação pública e privada, especialmente em setores não atendidos pelo Estado e mercado.

Essas OSCs atuam geralmente como intermediárias entre financiadores (públicos e/ou privados) e beneficiários, ao mesmo tempo que se caracterizam pelo alto nível de formalidade (associações e/ou fundações privadas sem fins lucrativos) e pelo predomínio de financiamento externo, seja de indivíduos, do Estado ou de empresas (ANHEIER, 2005; SMITH, 2011).

Nessa categoria é possível encontrar as *organizações filantrópicas*, as *organizações técnicas* e as *organizações ligadas ao investimento social privado*.

As *organizações filantrópicas* seguem uma tradição histórica vinculada à assistência social, e à noção de “caridade” para com os mais pobres, excluídos e vulneráveis, visando assistir à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, promovendo ainda a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e sua integração ao mercado do trabalho.

As *organizações técnicas*, por sua vez, atuam na prestação de serviços nas áreas sociais de saúde, educação, meio ambiente, cultura e esporte, além da ênfase na inserção profissional e econômica, promoção de voluntariado e empreendedorismo.

Já as *organizações ligadas ao investimento social privado (ISP)* têm ênfase na prática filantrópica desenvolvida por associações, fundações e/ou institutos, mediante uso voluntário

de recursos privados para promoção e desenvolvimento de projetos de interesse público. Essas organizações têm como uma de suas preocupações o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos projetos de interesse social e público desenvolvidos, o que é algo intrínseco ao conceito de ISP.

Outra categoria específica da vida associativa na sociedade civil é constituída pelas **organizações não governamentais (ONGs) de desenvolvimento** que se proliferaram em todo mundo desde a década de 1940, dedicadas à promoção do progresso econômico, social e político de longo prazo (FOWLER, 2011). Trata-se de organizações que atuam de forma independente do governo e utilizam os princípios da cooperação internacional como uma base substancial de sua existência.

Essas organizações se dedicam a promover ajuda humanitária, desenvolvimento e defesa de direitos, e podem atuar desde o âmbito local até internacional, além de possuírem uma atuação mais voltada para situações de emergência (contextos de epidemia, conflitos armados, por exemplo) e para diminuição de desigualdades sociais, ou até mesmo uma atuação mais política e de *advocacy* (EBRAHIM, 2006; FOWLER, 2011).

As **organizações populares ou de base voluntária** são um outro subconjunto do universo associativo da sociedade civil formadas por grupos de pessoas que se reúnem voluntariamente em torno de uma causa de interesse comum (coletiva ou pública). Caracterizam-se por formas mais democráticas e menos hierárquicas de governança e de prestação de contas, com predomínio de voluntários em relação aos pessoal remunerado, além de terem um foco mais local nas comunidades em que pertencem ou que anseiam atuar (KUNREUTHER, 2011).

Além de sua base comunitária, são fortes em seu compromisso em ensinar e conscientizar as pessoas acerca da democracia e seu valores, a importância da deliberação e da participação política, entendendo que a transformação social passa não só pela mudança nas relações materiais da existência, mas por transformações culturais, políticas e ambientais substantivas no cotidiano (LAVILLE; SAINSAULIEU, 1997; KUNREUTHER, 2011).

São tipos de organizações populares: as *associações voluntárias ou de grupos de interesses*, as *organizações comunitárias* e as *organizações para a mudança social*.

As *associações voluntárias ou de grupos de interesses* são muitas vezes, na visão de Kunreuther (2011), consideradas como sinônimo de sociedade civil ou de uma cidadania democrática engajada. Tais OSCs visam promover o bem público, abordando questões como pobreza, desigualdade social, degradação ambiental, entre outros, ao mesmo tempo que oferecem espaço para que as pessoas possam praticar o engajamento cívico e abordar problemas e outros interesses que dificilmente seriam resolvidos pelo Estado, ou mesmo pelo setor sem fins lucrativos.

As *organizações comunitárias* são aquelas que envolvem pessoas de uma mesma comunidade (e/ou bairro) que se mobilizam para buscar mudanças específicas que se concentram em uma questão pública local, como a necessidade de uma escola de educação infantil na comunidade, ou mesma a constituição de uma associação de moradores para dar voz aos indivíduos e suas demandas.

As *organizações para a mudança social*, por sua vez, concentram-se em repensar os problemas públicos e as maneiras pelas quais as instituições públicas e privadas operam para buscar saná-los. Para Su (2009), enquanto algumas OSCs buscam um “pedaço de bolo” maior para alguns grupos ou comunidades, as organizações transformadoras (ou para a mudança social) buscam ter consciência sobre os problemas mais profundos que o Estado e o mercado deveriam atuar, para mudar ou ampliar o “próprio bolo”, inspirando-se em Paulo Freire (KUNREUTHER, 2011).

Até aqui todas as formas destacadas são organizacionais e possuem determinada institucionalidade, como registros legais (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ), titulações e certificações, além da existência (em maior ou menor grau) de normas e procedimentos internos que irão direcionar os esforços de cada funcionário/voluntário envolvido no desenvolvimento de suas atividades.

Todavia, há outras iniciativas da sociedade civil que transcendem essas fronteiras organizativas, que é o caso das **mobilizações coletivas**, como os movimentos sociais, os coletivos informais e as redes. Trata-se de articulações entre diferentes atores que buscam incidir na esfera pública, seja pela pressão política, pelo controle social sobre o Estado, ou mesmo através de manifestações públicas que visem alcançar mais participantes à causa, assim como produzir maior visibilidade sobre essa causa ou sobre seus próprios manifestantes.

Os *movimentos sociais*, de acordo com Cefaï (2007), podem ser entendidos enquanto ação coletiva orientada por uma preocupação com um bem público a promover ou a um mal público a evitar. Ainda que muitos de seus estudiosos não tenham dado tanta atenção ao conceito de sociedade civil em seus modelos, Della Porta e Diani (2011) argumentam que os movimentos sociais podem ser vistos com um componente integral da sociedade civil, e vice-versa, ou seja “[...] a vida associativa e os processos participativos na sociedade civil podem ser considerados como uma instância de dinâmicas mais amplas de movimentos sociais” (DELLA PORTA; DIANI, 2011, p. 69, tradução nossa).

Nessa perspectiva, olhar para os movimentos sociais como um elemento da sociedade civil (ou uma de suas formas) consiste em compreender que a sociedade civil pode ser emergente e transcender as fronteiras de uma organização, abarcando uma multiplicidade de atores, redes interorganizacionais e coletividades muito mais amplas, e ao mesmo tempo

produzir transformações em ação, buscando influenciar a esfera pública (MELUCCI, 1996; CEFAÏ, 2007; DIANI; BISON, 2004).

Os *coletivos informais*, por sua vez, são grupos de pessoas que se reúnem em torno de uma causa sem ter um formato jurídico estabelecido. Para Scherer-Warren (2006), trata-se de grupos que lutam por modos de vida alternativos, por reconhecimento ou são produtores de novas formas de expressão simbólicas.

E as *redes* são formas de articulação interorganizacionais cujos atores percebem cada vez mais a necessidade de se relacionar entre si para ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Dessa forma, as redes se articulam em torno de valores, objetivos ou projetos em comum e, conforme descreve Scherer-Warren (2006), buscam, muitas vezes, o empoderamento da sociedade civil.

Outro formato presente na sociedade civil relaciona-se com a **economia social e solidária**. Trata-se de um diferente enclave da economia, ao lado das economias de mercado e pública, no qual as atividades econômicas estão submetidas a finalidades sociais. O escopo da economia social e solidária é promover novas formas de regulação econômica, de produção e de consumo. Nessa perspectiva, a mudança social se dá também pela economia, por meio da promoção de uma economia plural e de inovações sociais no mercado (sejam nas esferas institucionais, de produção ou de consumo) (EME; LAVILLE; 2005; NICHOLLS, 2011).

Há de se falar também aqui, enquanto elemento ou forma da sociedade civil, da **sociedade civil global**. Ainda que não haja consenso na literatura acadêmica sobre o ativismo transfronteiriço e como isso pode representar um senso genuíno de comunidade global, uma cultura cívica global ou o surgimento da cidadania global, um corpo de pesquisa crescente tem se interessado em compreender a sociedade civil global enquanto espaço para o desenvolvimento de agenda de governança transnacional, buscando fortalecer a cidadania global e a democracia (COHEN, 2003; JORDAN, 2011).

Trata-se de movimentos e redes transnacionais que buscam influenciar a política na arena pública global, entendendo que a democracia participativa no nível global exige e pode fortalecer a democracia participativa nos níveis local e nacional (JORDAN, 2011).

No Quadro 3, elaborado por Andion (2013), é possível verificar uma síntese dos principais componentes e formas da sociedade civil, conforme foi explorado aqui.

Quadro 3 – Diferentes enclaves que compõem a sociedade civil

Componentes	Formatos	Papel principal	Tipos de OSCs / Iniciativas da Sociedade Civil	Matriz Predominante
Organizações Sem Fins Lucrativos Autores: Anheier, Salamon	Associações Fundações	Prover serviços públicos, em complemento ao Estado e ao mercado	Organizações Filantrópicas Organizações Técnicas Organizações ligadas ao Investimento Social Privado	Matriz do terceiro setor, focalizando a profissionalização e a complementaridade entre ação pública e privada, especialmente em setores não atendidos pelo Estado e pelo mercado
ONGs de Desenvolvimento Autores: Edwards, Ebrahim, Deler <i>et al.</i>	Fundações internacionais Associações Fundações	Promover ajuda humanitária, desenvolvimento e defesa de direitos	ONGs Locais e Internacionais	Matriz humanitária com atuação mais voltada para o atendimento a situações de emergência e para diminuição de desigualdades Matriz desenvolvimentista ou de <i>advocacy</i> com atuação mais política
Organizações Populares ou de Base Voluntária: Autores: Laville e Sainsaulieu e Putnam	Grupos informais Associações Redes	Papel de promotor de confiança, capital social, valores comunitários e virtudes cívicas Papel político na promoção de interesses coletivos e/ou públicos	Associações Voluntárias/Grupos de Interesse Organizações Comunitárias Organizações para a Mudança Social	Matriz comunitarista e neorrepublicana Matriz deliberativa: Transformação social passa não só pela mudança nas relações materiais da existência, mas por transformações culturais, políticas e ambientais substantivas no cotidiano

Componentes	Formatos	Papel principal	Tipos de OSCs	Matriz predominante
Mobilizações Coletivas Autores: Cefai, Touraine e Melluci	Grupos Movimentos Redes	Influenciar nas esferas políticas e jurídicas e promover controle social sobre o Estado (concepção deliberativa) Obter maior autonomia para indivíduos e grupos	Movimentos Sociais Coletivos Informais Redes	Matriz deliberativa: busca influenciar na constituição das normas e instituições sociais
Economia Social e Solidária Autores: Nicholls, Eme e Laville	Associações	Mudança social se dá também pela economia, por meio da promoção de uma economia plural e de inovações sociais no mercado (sejam nas esferas institucionais, de produção ou de consumo).	Associações de Economia Social e Solidária	-
Sociedade Civil Global Autores: Jordan, Cohen	Movimentos e redes transnacionais	Influenciar a política na arena pública global.	ONGs Internacionais Movimentos e Redes Internacionais	-

Fonte: Adaptado de Andion (2013).

2.2 A composição e atuação da sociedade civil no Brasil

Mas e no Brasil como esse universo se manifesta? Pode-se dizer que a composição atual da sociedade civil no Brasil é bastante complexa e diversificada e, de certa forma, ainda pouco conhecida, em especial considerando as suas especificidades e particularidades. Duas importantes iniciativas têm buscado mapear as OSCs existentes no território brasileiro, que são (1) o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Ipea; e (2) Relatório da Fasfil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esses dois estudos têm contribuído para dar visibilidade à multiplicidade de arranjos existentes na constituição da sociedade civil no Brasil (ainda que com limitações), uma vez que há poucos dados sobre a sua composição e a sua dinâmica de funcionamento nos municípios.

Tanto a Fasfil/IBGE quanto o Mapa das OSCs/Ipea partem de bases de dados nacionais que contemplam o conjunto de entidades sem fins lucrativos pertencentes à sociedade civil. Essas organizações se enquadram em cinco critérios simultaneamente: (1) são organizações privadas e não pertencem, jurídica ou legalmente, ao aparato do Estado; (2) não possuem finalidades lucrativas; (3) são legalmente constituídas, ou seja, têm personalidade jurídica e estão inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); (4) são autoadministradas e gerenciam suas atividades de maneira autônoma; e (5) são constituídas voluntariamente. Pelo Código Civil brasileiro, esses critérios correspondem a três figuras jurídicas: (1) associações privadas, (2) fundações privadas, e (3) organizações religiosas (MELLO; PEREIRA; ANDRADE, 2019; LOPEZ, 2018).

De acordo com o estudo da Fasfil/IBGE, divulgado em abril de 2019, havia 236 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil em 2016. Em relação ao Mapa das OSCs/Ipea, existem 820 mil organizações no país, segundo dados do mesmo ano. Essa variação é explicada, pelos dois órgãos que desenvolveram as pesquisas, pela diferença entre as fontes de informação utilizadas por eles.

Considerando os dados do Mapa das OSCs/Ipea, verifica-se uma importante expansão do número de OSCs nos últimos anos, com uma média de crescimento de 25 mil novas organizações anualmente. Somente foi verificada uma pequena retração no quantitativo de organizações no ano de 2014.

Cerca de 3,5% das OSCs levantadas, e que constam do Mapa das OSCs, foram fundadas até 1970, 8,8% foram fundadas na década de 1970, 10,7% na década de 1980 e 24,6% na década de 1990. O maior número de OSCs teve sua fundação na primeira década dos anos 2000, contando com cerca de 33,8% do total de OSCs mapeadas pelo Ipea. A distribuição das OSCs no território brasileiro acompanha, em geral, a distribuição da

população, sendo que a região sudeste abriga 40% das organizações no Brasil, seguida pelo nordeste (25%), sul (19%), centro-oeste (8%) e norte (8%). Em todos os municípios brasileiros há OSCs registradas.

Dentre as principais causas de atuação, destaca-se o desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, e as organizações com finalidade religiosa, grupos esses que representam mais de 60% das organizações em atividade. Há o predomínio de associações privadas (86%), seguidas de organizações religiosas (12%) e fundações privadas (2%).

A maioria das OSCs (83%) não apresentam vínculos formais de emprego, o que pode indicar que se trata de micro ou pequenas organizações que fundamentalmente se utilizam de trabalhadores voluntários para desempenhar as suas atividades. Ainda assim, as OSCs brasileiras empregam formalmente 3 milhões de pessoas, e receberam aproximadamente R\$ 118 bilhões de recursos federais entre 2010 e 2018 para a execução de projetos voltados aos mais diversos temas, territórios e públicos. Esse valor representa cerca de 0,5% do total empenhado durante o período no Orçamento Geral da União (OGU), de R\$ 25 trilhões, segundo Mello, Pereira e Andrade (2019). Ainda segundo o mesmo levantamento, apenas uma parcela minoritária das OSCs acessa esses recursos federais, o que perfaz cerca de 2,7% do total no país. Dessa forma, as parcerias federais representam uma pequena parte das atividades desempenhadas por essas organizações, cuja atuação engloba inúmeros outros projetos custeados por meio de fontes de financiamento não públicas, como investimentos privados, recursos próprios ou doações e repasses de organismos internacionais (MELLO; PEREIRA; ANDRADE, 2019).

O universo das OSCs no Brasil é, portanto, constituído por uma grande diversidade de organizações, que se diferenciam entre si pela área em que atuam, estrutura e forma de financiamento, além de formatos de vínculos de participação na política pública também diversos, o que faz com que se tenha um campo impreciso e amplo e que não pode ser tratado de forma unidimensional, conforme ressaltam Mendonça e Segatto (2014).

Apesar do importante esforço das iniciativas de mapeamento das OSCs no Brasil algumas relevantes fragilidades se fazem presentes. Além da diferença considerável no quantitativo de OSCs levantado pelas duas iniciativas (conforme já explicado anteriormente, o que ocorre mediante a diferença entre as fontes de informação utilizadas por eles), muitas das OSCs mapeadas encontram-se inativas e/ou suspensas (o que é facilmente identificável com uma busca através dos CNPJs cadastrados no Mapa das OSCs, por exemplo), além de que milhares de outras iniciativas informais que não são consideradas nesse levantamento, como redes, fóruns, articulações, movimentos sociais, entre outros. Portanto, trata-se de indicativos, mas que não representam um retrato da realidade da sociedade civil no Brasil.

Nesse sentido, tais pesquisas estatísticas de nível macro são extremamente relevantes e evidenciam que o universo das OSCs no Brasil é muito amplo e plural. Entretanto, pesquisas mais detalhadas e de acompanhamento local são necessárias para compreender melhor esse universo. Trata-se de ir além de dados estatísticos territoriais para compreender quem são essas organizações, como elas se veem, como operam, com quem se relacionam, como se dá suas relações com o governo, quais os desafios que enfrentam e que efeitos isso produz, o que foi focalizado nesse artigo.

3. METODOLOGIA

Para a primeira etapa da pesquisa de campo, foi aplicado o **questionário** do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (Obisf) e foram realizadas **entrevistas semiestruturadas** (com base nas perguntas do questionário) com os gestores e/ou representantes das iniciativas da sociedade civil. Também foram utilizados dados secundários a partir de pesquisa documental para complementar quaisquer informações necessárias.

Segundo o relatório Fasfil/IBGE, existiam **1.254 fundações privadas e associações sem fins lucrativos em Florianópolis**, no ano de 2016, conforme relatório divulgado em 2019 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). A coleta de dados de todas essas organizações não seria exequível face ao tempo e recursos disponíveis. Diante disso, a opção pela definição de uma amostra, como um subconjunto da população, foi a alternativa encontrada. Tendo em vista que se partiu de dados já coletados no Obisf, a amostragem definida para o trabalho é não-probabilística. Dentre os tipos de amostragem não-probabilística, é possível classificar o método a ser utilizado como amostragem por quota que, conforme Hair Jr. *et al.* (2005), tem por objetivo conseguir que a amostra total tenha representação proporcional dos estratos da população alvo. Acrescenta-se, também, que a seleção da amostra foi feita por conveniência, buscando aquelas OSCs que têm se destacado em suas causas, e/ou cujos dados e contato foram de mais fácil acesso.

A amostra da primeira etapa da pesquisa buscou representar os estratos das áreas de atuação e os critérios definidos pela pesquisa base, que é a Fasfil/IBGE. No caso brasileiro, as figuras jurídicas correspondentes a tais critérios, conforme o Art. 44 do Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10.01.2002), são: associações, fundações e organizações religiosas. Porém optou-se neste estudo por não considerar as OSCs classificadas como “organizações religiosas” que, para a Fasfil/IBGE, são ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, entre outras. As demais instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria (como hospitais, colégios, creches, por exemplo) estão classificadas de acordo com sua atividade-fim, e são consideradas enquanto população alvo de OSCs.

Também se optou por não considerar as “associações patronais, profissionais e de produtores rurais”, bem como as OSCs classificadas como “outras instituições privadas sem fins lucrativos”. A explicação para isso é que o interesse da pesquisa do trabalho de tese se direcionou para as OSCs que atuam sobre causas públicas, de interesse mais amplo e geral.

A partir desses ajustes, as atividades-fim das OSCs consideradas enquanto população alvo, conforme relatório da Fasfil/IBGE, foram: **habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, meio ambiente e proteção animal e desenvolvimento e defesa de direitos.**

Relacionando essas atividades-fim com as causas cadastradas no Obisf, apresenta-se, na Tabela 1, a amostra da primeira etapa da pesquisa, e a sua configuração em termos de classificação/atividades-fim/causa.

Para que fosse possível levantar dados e informações do total da amostra da primeira etapa da pesquisa, que é de 124 OSCs, foi necessário realizar o levantamento de dados de mais 46 OSCs. Desse total, 32 OSCs tinham como causa principal de atuação “Cultura e recreação” (cultura e arte ou esporte e recreação) e 14 OSCs atuavam com “Educação e pesquisa” (educação infantil, fundamental, médio, superior, estudos e pesquisas, educação profissional, outros).

O contato inicial com as iniciativas foi realizado por e-mail (nos casos em que foi possível, pois não foi encontrado e-mail de todas), através do qual apresentou-se o Obisf e a pesquisa em desenvolvimento. Em um segundo momento, houve o contato através de telefone e/ou plataformas de videoconferência para que fosse possível obter os dados e as informações almejados. Essa estratégia foi utilizada tendo em vista a situação de isolamento social imposta pela pandemia da Covid-19 no ano de 2021, período em que foi realizado esse levantamento (entre fevereiro e setembro de 2021).

A análise dos dados coletados ocorreu, nesse primeiro momento, mediante a tabulação dos dados coletados. Essa etapa da pesquisa permitiu, assim, realizar uma análise panorâmica das OSCs, e o seu campo de atuação junto às arenas e políticas públicas, no contexto florianopolitano.

Essa primeira estratégia de pesquisa, que considerou as OSCs, foi complementada por outra análise considerando todas as 171 iniciativas da sociedade civil cadastradas no Obisf, sem recortes. Nessa segunda análise, foram consideradas, portanto, tanto iniciativas formalizadas (constituídas enquanto associações e/ou fundações sem fins lucrativos) como não formalizadas (coletivos informais, programas OSC, redes e movimentos sociais), ressaltando a pluralidade de iniciativas existentes no campo.

As duas estratégias de pesquisa permitiram mapear o campo de atuação das iniciativas da sociedade civil junto às arenas e políticas públicas na cidade de Florianópolis, proporcionando um panorama mais geral sobre que sociedade civil atua na cidade.

Tabela 1 – Amostra definida para a 1ª. etapa da pesquisa

CLASSIFICAÇÃO DA FASFIL POR ATIVIDADE-FIM	CAUSAS DE CORRESPONDÊNCIA NO OBISF	FASFIL (2016)	QUOTA (%)	TOTAL DA AMOSTRA DA 1A. ETAPA DA PESQUISA	QTDE. PREVIAMENTE LEVANTADA NO OBISF (2020)	QTDE. LEVANTADA PARA INTEGRALIZAÇÃO DA AMOSTRA
TOTAL		604		124	136	46
01 Habitação	Habitação	-	-	-	-	-
02 Saúde (hospitais e outros serviços)	Saúde	25	5	5	10	-
03 Cultura e recreação (cultura e arte, esporte e recreação)	Cultura e arte, Esporte e Recreação	225	46	46	14	32
04 Educação e pesquisa (educação infantil, fundamental, médio, superior, estudos e pesquisas, educação profissional, outros)	Educação	100	21	21	7	14
05 Assistência social	Assistência social	123	25	25	25	-
06 Meio ambiente e proteção animal	Conservação e proteção animal, Gestão de resíduos e recicláveis, Gestão de água e saneamento, Direitos dos animais	10	2	2	11	-
07 Desenvolvimento e defesa de direitos (associações de moradores, centros e associações comunitárias, desenvolvimento rural, emprego e treinamento, defesa de direitos de grupos e minorias, outras formas de desenvolvimento)	Agricultura urbana, ativismo e mobilização política, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento urbano, direitos da pessoa idosa, direito dos imigrantes, gênero, igualdade racial, inclusão das pessoas com deficiência, população em situação de rua, trabalho e renda e transporte e mobilidade, direitos das crianças e adolescentes	121	25	25	69	-

Fonte: Elaborada com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) e Observatório de Inovação Social de Florianópolis (2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresentam-se os principais resultados do estudo e sua discussão considerando as duas estratégias de análise utilizadas, a primeira focalizando uma amostra de organizações formalmente constituídas e uma segunda referente a um conjunto mais amplo que abrange os movimentos sociais e os coletivos informais.

4.1 As organizações formalmente constituídas

No que se refere as causas informadas pelas OSCs investigadas destaca-se a causa dos direitos das crianças e adolescentes (causa informada por 66% das OSCs pesquisadas), assistência social (48%), educação (48%) e cultura e arte (21%). Essas causas estão, em grande parte, interconectadas, uma vez que as OSCs que atuam na defesa de direitos das crianças e adolescentes são organizações que também atuam na assistência social e na educação (Tabela 2).

Tabela 2 – Causas de Atuação

Causas de Atuação	N. de citações	% das Iniciativas
Direitos das crianças e adolescentes	82	66%
Assistência social	59	48%
Educação	59	48%
Cultura e arte	26	21%
Desenvolvimento comunitário	20	16%
Saúde	19	15%
Esporte e recreação	17	14%
Inclusão de pessoas com deficiência	13	10%
Ativismo, mobilização política e voluntariado	12	10%
Conservação e preservação ambiental	10	8%
Trabalho e renda	10	8%
Gênero	5	4%
Gestão de resíduos e reciclagem	4	3%
Agricultura urbana	3	2%
Consumo consciente	3	2%
Igualdade racial	3	2%
Desenvolvimento urbano	2	2%
Direitos dos animais	2	2%
Direitos dos imigrantes e refugiados	2	2%
População em situação de rua	2	2%
Segurança Alimentar e Nutricional	2	2%
Uso de tecnologia para mudança social	1	1%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Com relação à data de sua fundação, a maioria das OSCs pesquisadas é jovem, tendo sido fundadas nas últimas duas décadas (2001 a 2020) perfazendo um total de 46% da amostra. Vale destacar que a OSC mais antiga que foi observada e que ainda é atuante na cidade, foi fundada em 1773. Na Tabela 3, é possível verificar a distribuição das OSCs da amostra pelo seu ano de fundação.

Tabela 3 – OSCs da Amostra por Ano de Fundação

Ano de Fundação	Qtde. OSCs	% do Total
Até 1970	12	10%
1971 – 1980	12	10%
1981 – 1990	17	14%
1991 – 2000	26	21%
2001 – 2010	25	20%
2011 – 2020	32	26%
TOTAL	124	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Além de considerar o ano de fundação, buscou-se identificar qual é a origem dessas OSCs tendo em vista os seus promotores iniciais, ou seja, pessoas, grupos ou instituições que fundaram a iniciativa. Diante disso, verificou-se que 72% delas tiveram origem a partir da iniciativa de agentes da sociedade civil e 23% tiveram origem a partir de iniciativas religiosas. Também foram identificadas OSCs que se originaram a partir da iniciativa de empresas (4%) e da universidade (1%), conforme Tabela 4.

Tabela 4 – OSCs da Amostra por Origem/Promotores

Origem/Promotores	Qtde. OSCs	% do Total
Sociedade Civil	88	71%
Religiosa	29	23%
Empresarial	5	4%
Universidade	2	2%
TOTAL	124	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Somente dentre as OSCs fundadas até 1970 que se encontra uma maioria de OSCs de origem religiosa (50%). Nas décadas que se sucederam, a maioria das OSCs criadas partiram do anseio de pessoas, grupos ou lideranças da própria sociedade civil, com destaque para as duas últimas décadas cuja participação das OSCs originadas a partir da sociedade civil foi de 84% do total.

A amostra das 124 OSCs que atuam em Florianópolis são constituídas, em sua maioria, enquanto associações privadas (97,58%). As fundações privadas representam 2,42%

do total das OSCs observadas (ou seja, 3 OSCs), dentre as quais duas atuam na área da educação e pesquisa, e a outra na assistência social.

Mais do que identificar o formato jurídico das OSCs, é relevante que se conheça um pouco mais a fundo as configurações pelas quais se constituem essas OSCs, conforme foi discutido no Quadro 1.

Conforme a Tabela 6, verifica-se que grande parte das OSCs que atuam em Florianópolis, de acordo com a amostra levantada, são organizações sem fins lucrativos (56%) com destaque para organizações filantrópicas (41%). Outro grupo bastante representativo são as organizações populares ou de base voluntária (43%), principalmente associações voluntárias e/ou grupos de interesse (26%).

Tabela 5 – OSCs da Amostra por Tipo

Tipo de OSC		Qtde. OSCs	% do Total	
Organizações sem fins lucrativos	Organizações filantrópicas	51	41%	56%
	Organizações técnicas	16	13%	
	Organizações ligadas ao ISP	2	2%	
ONGs de desenvolvimento	ONGs locais e internacionais	1	1%	1%
Organizações populares ou de base voluntária	Associações voluntárias e/ou de grupos de interesse	32	26%	43%
	Organizações comunitárias	13	10%	
	Organizações para a mudança social	8	6%	
Economia social e solidária	Associações de economia social e solidária	1	1%	1%
TOTAL		124	100%	

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Dentre as organizações filantrópicas observadas, 55% delas são de origem religiosa (perfazendo 97% das OSCs de origem religiosa da amostra).

Ao se analisar o tipo de OSCs e o ano de sua fundação, verifica-se que até a primeira década dos anos 2000, a maioria das OSCs criadas eram filantrópicas (75% até 1970, 50% na década de 1970, 41% na década de 1980, 38% na década de 1990 e 44% na primeira década dos anos 2000). Esse cenário muda na segunda década dos anos 2000, onde se têm, pela amostra levantada, 47% de associações voluntárias, sendo que as organizações filantrópicas perfazem um total de 25% do total da amostra.

Com relação às certificações e titulações, 38% das OSCs observadas possuem título de Utilidade Pública Estadual, 53% possuem título de Utilidade Pública Municipal, 21% possuem Cebas Assistência Social, 5% possuem Cebas Educação e 9% são Oscips. É interessante ainda observar que 32% das OSCs observadas atuam sem nenhuma certificação e/ou titulação (Tabela 6).

Tabela 6 – OSCs da Amostra por Certificações/Titulações

Titulação/Certificação	Qtde. OSCs	% do Total
Utilidade Pública Estadual	47	38%
Utilidade Pública Municipal	66	53%
Cebas Assistência Social	26	21%
Cebas Educação	6	5%
Oscip	11	9%
Nenhuma	40	32%
TOTAL DE OSCs	124	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Dentre as OSCs que possuem alguma titulação e/ou certificação, destacam-se as organizações filantrópicas (64% das OSCs que possuem Título de Utilidade Pública Estadual, 50% das OSCs que têm Utilidade Pública Municipal, 58% que têm Cebas Assistência Social, 50% com Cebas Assistência Educação, e 45% das OSCs que são Oscips também são organizações filantrópicas).

Dentre as OSCs que não têm nenhum tipo de titulação e/ou certificação destacam-se as associações voluntárias (55% do total). Já com relação às organizações filantrópicas, somente 23% delas, conforme a amostra levantada, não possuem nenhuma certificação/titulação.

Olhando mais de perto para as OSCs que atuam em cada causa de atuação na cidade, é possível verificar algumas diferenças importantes.

O grupo mais representativo de OSCs na cidade, cuja atuação se dá na área da **cultura e recreação**, é composto predominantemente, conforme amostra levantada, por associações voluntárias (52%). Há também um número bastante representativo de organizações comunitárias (24%). Quanto à sua origem, tratam-se, em sua grande maioria de OSCs fundadas por representantes (pessoas e/ou grupos) da sociedade civil (91%).

O principal público-alvo dessas OSCs são crianças e adolescentes (85%) e comunidades (46%) para quem ofertam uma série de serviços e atividades de interesse cultural, social, educacional e esportivo.

Foram identificadas, nesse grupo, OSCs que buscam promover a prática de contação de histórias, do escotismo, desenvolvem projetos sociais visando preservar e valorizar as tradições da matriz africana, da cultura guarani, também da cultura açoriana, como o boi de mamão. Há também projetos que levam musicalização para crianças e adolescentes em comunidades vulneráveis da cidade, assim como aulas de canto, coral, dança, violão, repercussão, teatro, além da prática de esportes, como surf, remo, futebol, artes marciais, basquete, entre outros. Muitas das atividades desenvolvidas pelas OSCs se baseiam na inclusão social e educacional, práticas de educação ambiental, lições de cidadania e

solidariedade. Além disso, são realizados diversos eventos culturais em vários espaços públicos na cidade com o objetivo de intensificar o desenvolvimento artístico na região, e mobilizar as pessoas e as comunidades para processos de valorização e transformação cultural e artística.

Em termos de representatividade quantitativa, as causas de assistência social e de desenvolvimento e defesa de direitos aparecem como os segundos maiores grupos de OSCs da cidade de Florianópolis.

Na **assistência social**, as OSCs são, em sua grande maioria, organizações filantrópicas (88%), sendo que quase metade delas são de origem religiosa (48%). O seu público principal são crianças e adolescentes (80%) e famílias (72%).

Essas OSCs buscam desenvolver ações e projetos em diversas frentes, como acolhimento para crianças e adolescentes que foram afastados, temporariamente, de suas famílias por decisões judiciais; serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; prevenção de violência doméstica e suporte às vítimas; grupos de convivência com idosos; suporte às gestantes; serviços de habilitação, reabilitação e convivência para pessoas com deficiências; programas junto a jovens envolvidos com a criminalidade. Oferecem também uma ampla gama de serviços, no campo da saúde, direitos humanos, assistência social, educação, esporte, cultura e lazer, além de promoverem brechós e campanhas de mobilização de recursos, entre outros.

Na causa de **desenvolvimento e defesa de direitos** há uma variedade maior de tipos de OSCs atuantes, com destaque para as organizações filantrópicas (28%), associações voluntárias (20%), além de organizações técnicas (16%) e organizações para mudança social (16%).

Em sua maioria, são organizações fundadas a partir da ação da sociedade civil (68%), e desenvolvem suas atividades visando principalmente atender crianças e adolescentes (48%) e famílias (40%).

Tais OSCs possuem uma atuação bastante diversificada também, como o desenvolvimento de projetos de trabalho pedagógico junto a crianças e adolescentes envolvendo as problemáticas sociais vivenciadas pelas comunidades em que residem. Há também OSCs que trabalham com a defesa de direitos dos animais, e buscam doações para fazer castrações de cachorros e gatos abandonados ou cujos tutores são de famílias de baixa renda. Outras desenvolvem ações e programas voltados às mulheres, ou para pessoas com alguma deficiência, buscando não só prestar serviços de habilitação e reabilitação, mas buscando apoiar, articular e fazer-se representar junto às instâncias governamentais para garantir direitos e a defesa da cidadania. Há ainda aquelas que buscam atender pessoas em situação de rua e lutar pela garantia de seus direitos, entre outros.

A área da **educação e pesquisa**, por sua vez, é composta, sobretudo, por organizações filantrópicas (62%), cuja maioria das OSCs é de origem da sociedade civil (48%). Seu público-alvo são crianças e adolescentes (95%) e famílias (52%).

As OSCs que atuam na causa da educação e pesquisa promovem uma variedade de ações, projetos e programas para atender seu público-alvo. Uma dessas frentes de atuação é através da oferta do contraturno escolar e da educação infantil, em parceria, muitas vezes, com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Outras OSCs também oferecem cursos de qualificação profissional para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, nas mais diversas áreas, como tecnologia, em serviços bancários, logística, serviços administrativos, financeiros e comerciais, cabeleireiro, eletricista, para citar alguns exemplos. Outra frente de atuação importante dessas OSCs se concentra em atividades socioeducativas, visando a formação integral das crianças e adolescentes, além de trabalhar questões como prevenção às drogas, gravidez precoce, evasão escolar, entre outras.

As OSCs que atuam na causa da **saúde**, por sua vez, são organizações sem fins lucrativos, sobretudo, técnicas (80%). Quanto a sua origem, todas foram fundadas a partir de iniciativas de pessoas ou grupos representativos da sociedade civil da cidade. Além disso, seu público-alvo são, em sua grande maioria, adultos (80%) e crianças e adolescentes (40%).

Sua atuação gira, principalmente, em torno de três pilares fundamentais: conhecimento e/ou capacitação, intervenção e prevenção. Dessa forma, buscam promover espaços e encontros de diálogo, partilha de experiências além de promover palestras e cursos de capacitação e/ou treinamento, não só para os associados e suas famílias, mas também para conhecimento mais geral a respeito de uma determinada doença. Também atuam no acolhimento de pacientes e na disponibilização de profissionais especializados para atendimento de acordo com as necessidades de cada associado. A prevenção é outro pilar importante para essas OSCs, e dessa forma desenvolvem atividades de conscientização e prevenção, incluindo palestras, cursos, rodas de conversas, encontros para discussões, entre outros.

Por fim, as OSCs que se dedicam ao **meio ambiente** são originárias da sociedade civil, e contam, conforme amostra levantada, com dois principais tipos de organizações: organização para mudança social e associação voluntária. Essas OSCs desenvolvem seus projetos e ações visando um público bastante diversificado, como adultos, as próprias comunidades, famílias, crianças e adolescentes, além de jovens.

Apesar do baixo número de OSCs levantadas (somente 2), tendo em vista a amostra por quotas, verifica-se uma atuação bastante diversificada. Essas OSCs atuam com educação agroecológica, gestão de resíduos orgânicos, agricultura urbana, fortalecimento de pequenas agroindústrias familiares, como de engenhos de farinha, além de promoverem cursos na área da educação ambiental, permacultura, bioconstruções, manejo e uso do bambu e

agroflorestal, entre outros. Buscam também desenvolver ações junto às escolas da cidade e parcerias com as universidades da região, buscando desenvolver um trabalho em parceria.

Outro elemento analisado para cada grupo de OSCs levantado foi a sua incidência na esfera pública. Nesse quesito, verificou-se que essa incidência tem ocorrido, sobretudo, mediante participação em conselhos municipais, que são os principais espaços de participação informados.

As OSCs que atuam na educação e pesquisa, assistência social e saúde são as que possuem maior participação em conselhos e fóruns. Já as OSCs que atuam com cultura e recreação foram as que menos informaram sobre sua participação nesses espaços, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Incidência na Esfera Pública em Conselhos e Fóruns por Área de Atuação

Área Atuação	Amostra	Participação em Conselhos/Fóruns	%
Educação e Pesquisa	21	19	90%
Assistência Social	25	22	88%
Saúde	5	4	80%
Defesa de Direitos	25	17	68%
Meio Ambiente	2	1	50%
Cultura e Recreação	46	19	41%
TOTAL	124	82	66%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Das OSCs que informaram não ter qualquer incidência na esfera pública (19% da amostra), grande parte são associações voluntárias (43%) e organizações comunitárias (30%). Entre organizações filantrópicas e organizações técnicas, somente 13% de cada, informaram não ter incidência na esfera pública.

4.2 Iniciativas da sociedade civil em Florianópolis: ampliando o olhar

Através do trabalho desenvolvido por intermédio do Obisf é possível verificar que a sociedade civil de Florianópolis é ainda mais plural e diversa do que aquela possível de ser verificada baseando-se somente em dados de organizações formalizadas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Restringir a análise para as organizações formalmente constituídas pode deixar de enxergar importantes experiências e iniciativas. Inclusive, essa é uma limitação das pesquisas em âmbito macro, pois os dados e conclusões disponibilizados são deficitários pela incapacidade de permitir (re)conhecer, visibilizar e captar importantes nuances acerca da

pluralidade da configuração e da atuação da sociedade civil nas diferentes arenas públicas nas cidades.

Diante disso, optou-se aqui por um olhar mais alargado para a sociedade civil, em que se considere as organizações formais, mas também as informais, em seus diferentes formatos, e que constituem a ação coletiva da sociedade civil na cidade. Acredita-se que esse olhar possa permitir adentrar com mais profundidade na pluralidade e na diversidade da ação coletiva da sociedade civil, conforme é demonstrado na sequência.

Até setembro de 2021, foram observadas 212 iniciativas de inovação social que atuam em Florianópolis através da plataforma do Obisf. Trata-se de iniciativas da sociedade civil, também iniciativas públicas/governamentais e empresariais. Há organizações formais e sem fins lucrativos, associações ou fundações, assim como coletivos informais, movimentos sociais, programas universitários e de OSCs, plataformas ou aplicativos, e redes, além de iniciativas de empresas com missão social e ambiental, cooperativas, empreendedores individuais, e até mesmo programas de empresas ou de responsabilidade social e corporativa (RSC), conforme é possível verificar na Tabela 8.

Tabela 8 – Iniciativas de inovação social que atuam em Florianópolis por Tipo

Tipo de Iniciativa	Qtde. Iniciativas	% do Total
Associação	133	63%
Coletivo Informal	18	8%
Empresa com missão social e ambiental	18	8%
Programa OSC	10	5%
Programa Universitário	9	4%
Plataforma ou aplicativo	6	3%
Programa Governamental	5	2%
Rede	3	1%
Movimento Social	4	2%
Fundação	3	1%
Cooperativa	1	0,5%
Empreendedor pessoa física	1	0,5%
Programa de empresas ou RSC	1	0,5%
TOTAL	212	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Como o foco do trabalho de tese está na sociedade civil, para que fosse possível atingir o primeiro objetivo específico, foi realizado um recorte inicial de modo a compreender **que sociedade civil se insere junto às arenas públicas da cidade**. Dessa forma, foram analisadas, com mais profundidade, as 171 iniciativas da sociedade civil que foram observadas através do Obisf (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Iniciativas da sociedade civil que atuam em Florianópolis por Tipo

Tipo de Iniciativa	Qtde. Iniciativas	% do Total
Associação	133	78%
Coletivo Informal	18	11%
Programa OSC	10	6%
Rede	3	2%
Movimento Social	4	2%
Fundação	3	2%
TOTAL	171	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

As **associações**, juntamente como as **fundações privadas e sem fins lucrativos**, correspondem à maior representatividade das iniciativas levantadas (79%). Trata-se das OSCs que possuem CNPJ e são essas as iniciativas que podem celebrar contratos de parceria com a gestão pública.

Também foram levantados 10 **programas OSC** (6%) que são ações contínuas realizadas por algumas OSCs. É o caso da Casa Lar Semente Viva que é uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes mantida pela Associação Comunitária Amigos de Jesus (Acaje), cuja atuação está na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Também foram identificados e observados programas que atuam na causa de gênero, como a Câmara Temática Mulheres na Arquitetura do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC), a Comissão da Mulher Advogada da Ordem de Advogados de Santa Catarina (OAB/SC), a Comissão da Mulher Contabilista do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC) e o Núcleo Multissetorial da Mulher Empresária da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif).

Na arena da agricultura urbana foram identificados outros três programas: Centro de Integração Social Santa Dulce dos Pobres, que é um projeto da Ação Social Arquidiocesana na Vila Aparecida; o EcoQuilombo, fundado e mantido pelos moradores do Morro do Quilombo; e a Feira Orgânica do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro).

Também foram identificados dois programas do Instituto Comunitário de Florianópolis (Icom), que é uma organização que atua com ativismo, mobilização política e voluntariado, além de desenvolvimento comunitário. Trata-se do Programa Fundos de Investimento Social, para situação de urgência e emergência que exigem mobilização de recursos na cidade, além do programa específico criado durante a pandemia do coronavírus, que é a Linha de Apoio Emergencial Coronavírus.

Essas iniciativas atuam na causa da garantia de direitos das crianças e adolescentes (58%), assistência social (45%), educação (42%), cultura e arte (18%), desenvolvimento comunitário (18%), saúde (14%), trabalho e renda (12%), esporte e recreação (12%), ativismo, mobilização e voluntariado (11%), e inclusão de pessoas com deficiência (9%), além de outras causas (conservação e preservação ambiental – 8%, gênero e gestão de resíduos e reciclagem – 7% cada, agricultura urbana – 5%, segurança alimentar e nutricional – 4%, consumo consciente e população em situação de rua – 3% cada, desenvolvimento urbano, direitos dos animais e igualdade racial – 2% cada, direitos dos imigrantes e refugiados, gestão de águas e saneamento, e uso de tecnologia para mudança social – 1% cada, e segurança – menos de 1%)¹.

Além das iniciativas formalmente constituídas, a sociedade civil é composta por coletivos informais, movimentos sociais, além de algumas redes não institucionalizadas, conforme levantamento realizado através do Obisf.

Em Florianópolis foram observados 18 coletivos informais, 4 movimentos sociais e 3 redes não formalmente constituídas (ou seja, sem CNPJ, sem Estatuto Social), o que corresponde a 15% das iniciativas da sociedade civil de Florianópolis. Essas iniciativas atuam nas causas da agricultura urbana (44%), da segurança alimentar e nutricional (44%), da gestão de resíduos e reciclagem (36%), da população em situação de rua (32%), do consumo consciente (24%), da assistência social (16%), do ativismo, mobilização política e voluntariado (16%) e do desenvolvimento comunitário (16%), além de outras causas que foram menos citadas (desenvolvimento urbano – 8%, direito das crianças e adolescentes – 8%, trabalho e renda – 8% e, educação, conservação e preservação ambiental, defesa de direitos, esporte e recreação, gênero, gestão de águas e saneamento e saúde – 4% cada).

Portanto, ao se ampliar o olhar para a composição da sociedade civil em Florianópolis a partir de todas as 171 iniciativas levantadas, é possível verificar que a complexidade e heterogeneidade do campo se amplia ainda mais.

Ainda há o predomínio de organizações sem fins lucrativos (42%), com destaque para as organizações filantrópicas (30%), mas esse número se aproxima bastante do quantitativo de organizações populares (36%). As mobilizações coletivas representam o terceiro grupo de iniciativas mais presentes na cidade (15%), sendo composta, sobretudo, por coletivos informais (11%), conforme pode ser observado na Tabela 10.

¹ As iniciativas podem elencar até três causas de atuação, conforme questionário utilizado para inserção de dados no Obisf.

Tabela 10 – Composição das Iniciativas da Sociedade Civil em Florianópolis

Tipo de Iniciativa da Sociedade Civil		Qtde.	% do Total	
Organizações sem fins lucrativos	Organizações filantrópicas	51	30%	42%
	Organizações técnicas	18	11%	
	Organizações ligadas ao ISP	2	1%	
ONGs de desenvolvimento	ONGs locais e internacionais	2	1%	1%
Organizações populares ou de base voluntária	Associações voluntárias e/ou de grupos de interesses	36	21%	36%
	Organizações comunitárias	13	8%	
	Organizações para a mudança social	13	8%	
Economia social e solidária	Associações de economia social e solidária	1	1%	1%
Programa OSC	Programa OSC	10	6%	6%
Mobilizações coletivas	Coletivos informais	18	11%	15%
	Movimentos sociais	4	2%	
	Redes	3	2%	
TOTAL		171	100%	

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Verifica-se aqui que há um campo de atuação bastante heterogêneo entre as iniciativas formais e as iniciativas informais da sociedade civil em Florianópolis. Enquanto as iniciativas formais se dedicam a causas mais “tradicionais”, como a garantia de direitos das crianças e adolescentes, assistência social e educação, as iniciativas não institucionalizadas atuam em arenas mais “emergentes”, em que há pouca atuação das OSCs, o que é o caso das causas da agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, gestão de resíduos e reciclagem, população em situação de rua e consumo consciente.

A agricultura urbana, por exemplo, é a principal causa de atuação das iniciativas não institucionalizadas da cidade, conjuntamente com a segurança alimentar e nutricional. Nessas causas, apenas 5% e 4%, respectivamente, das OSCs atuam. A garantia de direitos das crianças e adolescentes, por sua vez, é a principal causa de atuação das OSCs na cidade. Das iniciativas informais, entretanto, a atuação nessa causa se dá por apenas uma iniciativa, ou seja, 4%.

Essa atuação se reflete na definição do público beneficiário das ações desenvolvidas pelas iniciativas. Considerando o conjunto total das 171 iniciativas da sociedade civil, os públicos beneficiários são: crianças e adolescentes (60%), famílias (50%), comunidades (44%), adultos (36%) e jovens (20%). Ao se destacar as iniciativas informais, é possível verificar uma mudança nesse perfil, sendo que 52% das iniciativas têm como público beneficiário adultos, também famílias (52%), seguidos de comunidades (48%) e jovens (24%), o que é consequência da sua atuação na cidade.

No que tange ao ano de fundação, as iniciativas da sociedade civil que atuam em Florianópolis, conforme dados levantados através do Obisf, são em sua maioria recentes, originadas nas duas últimas décadas (57%), conforme dados da Tabela 12. É importante destacar aqui que esse número é influenciado pelas iniciativas informais que foram mapeadas e observadas tendo em vista as pesquisas realizadas no âmbito do Obisf/Nisp².

Tabela 11 – Iniciativas da Sociedade Civil que atuam em Florianópolis por Ano de Fundação

Ano de Fundação	Iniciativas da Sociedade Civil em Florianópolis	
Até 1970	12	7%
1971 – 1980	12	7%
1981 – 1990	19	11%
1991 – 2000	30	18%
2001 – 2010	34	20%
2011 – 2020	64	37%
TOTAL	171	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Ao se analisar as iniciativas não formais, é possível verificar que são ainda mais recentes, já que 84% tiveram seu início de atuação na última década (2011-2020), conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Iniciativas Não Institucionalizadas da Sociedade Civil que atuam em Florianópolis por Ano de Criação

Ano de Fundação	Iniciativas não institucionalizadas da Sociedade Civil em Florianópolis	
2001 – 2010	4	16%
2011 – 2020	21	84%
TOTAL	25	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Foram identificadas 32 iniciativas de origem religiosa (19% do total das iniciativas observadas), que são constituídas enquanto associações privadas e sem fins lucrativos (91%) ou programas OSC (9%). A maioria está vinculada à Igreja Católica (69%) e espírita (19%), mas há também iniciativas evangélicas (9%) e da matriz africana (3%).

A representatividade das iniciativas de origem religiosa que foram fundadas ao longo dos anos é variável, mas com tendência de declínio nas últimas décadas. Dentre as iniciativas fundadas até 1970, 50% tinham vínculo com igrejas, sobretudo com a Igreja Católica (67%).

² Alguns desses trabalhos já foram citados ao longo do trabalho de tese. Alguns se destacam, como Andion *et al.*, 2017; Andion; Moraes; Gonsalves, 2017; Moraes; Andion, 2018; Gonsalves; Andion, 2019; Andion; Alperstedt; Graeff, 2019; Mendonça, 2019; Magalhães, 2020; Silva, 2020; Andion, 2020; e Manoel, 2021.

Na década subsequente, houve uma redução nessa participação (17%), voltando a aumentar no período de 1981 a 1990 (21%), e no período de 1991 a 2000 (33%). Depois disso, o que se observa é uma redução bastante acentuada, sendo que somente 10% das iniciativas fundadas nas duas primeiras décadas dos anos 2000 são de origem religiosa (70% destas são oriundas da Igreja Católica) e 86% são oriundas da sociedade civil (pessoas e/ou grupos), conforme pode ser verificado na Tabela 13.

Tabela 13 – Representatividade das Iniciativas da Sociedade Civil de Origem Religiosa que atuam em Florianópolis por Ano de Fundação

Ano de Fundação	Iniciativas da Sociedade Civil em Florianópolis		Iniciativas da Sociedade Civil de Origem Religiosa		Representatividade das Iniciativas de Origem Religiosa (%)
	Qtde.	%	Qtde.	%	
Até 1970	12	7%	6	19%	50%
1971 - 1980	12	7%	2	6%	17%
1981 - 1990	19	11%	4	13%	21%
1991 - 2000	30	18%	10	31%	33%
2001 - 2010	34	20%	4	13%	12%
2011 - 2020	64	37%	6	19%	9%
TOTAL	171	100%	32	100%	19%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

No que se refere ao local de atuação das iniciativas da sociedade civil em Florianópolis, verifica-se que a região central é a região onde há maior concentração (56%), seguida da região continental (20%) e região sul (11%), conforme Tabela 14. Essa distribuição não muda muito se forem analisadas somente as iniciativas informais, que se mantêm concentradas na região central (60%), seguida da região continental (12%), leste (12%) e sul (12%).

Tabela 14 – Iniciativas da Sociedade Civil que atuam em Florianópolis por Região

Região	Qtde. Iniciativas	% do Total	Qtde. Iniciativas Informais	% do Total
Região Central	95	56%	15	60%
Região Continental	35	20%	3	12%
Região Sul	19	11%	3	12%
Região Norte	12	7%	1	4%
Região Leste	10	6%	3	12%
TOTAL	171	100%	25	100%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

Se por um lado, faz sentido que a maior concentração de iniciativas da sociedade civil atue na região central da capital, por outro lado, a tendência de maior crescimento populacional, assim como de comunidades, em outras regiões da capital, como a região norte (que inclusive vem ocupando as primeiras posições do triste *ranking* de maior quantidade de homicídios da capital nos últimos anos³), acende o alerta acerca da necessidade de uma maior presença de ações coletivas nesses territórios, já que é possível verificar, pelos níveis de violência e crescimento de invasões e moradias irregulares, que o Estado não tem conseguido alcançar essas comunidades mais vulneráveis.

Isso, inclusive, remete à necessidade de identificação de quais são os problemas públicos da cidade, na visão das iniciativas da sociedade civil, sobre os quais elas procuram desenvolver suas ações e/ou projetos. Na visão das iniciativas da sociedade civil aqui levantadas, o principal problema público é a vulnerabilidade social e econômica (citado por 71% das iniciativas), seguida de questões relacionadas à cidadania e de acesso a direitos (67%) e a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes (51%). Ao se analisar somente as iniciativas informais, a vulnerabilidade social e econômica continua sendo um importante problema público a ser trabalhado, mas este aparece em segundo lugar, citado por 52% das iniciativas. Os problemas públicos mais citados foram os problemas urbanos e questões da cidade, citado por 64% das iniciativas, e a insegurança alimentar e nutricional, também citado por 64% das iniciativas.

E como essas iniciativas incidem na esfera pública?

Conforme levantamento realizado, a incidência se dá, sobretudo, mediante participação em conselhos municipais e fóruns, o que foi verificado por 74% das iniciativas observadas. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) foi a instância de participação mais relatada pelas iniciativas observadas (40%), seguido pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (24%) e o Fórum de Políticas Públicas (21%) (ver Tabela 15).

Tabela 15 – Incidência na Esfera Pública

Incidência na Esfera Pública	N. de citações	% das Iniciativas
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	68	40%
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	41	24%
Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF)	36	21%

³ Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC), o bairro Ingleses foi o que registrou maior número de homicídios em Florianópolis entre 2019 e 2021. Dos 170 assassinatos ocorridos na capital nos últimos três anos, 27 (16%) aconteceram nos Ingleses, 13 (8%) no Rio Vermelho, também região norte, e 11 (6%) vítimas no bairro Agrônômica, região central (AMORIM, 2022).

Conselho Municipal de Educação (CME)	11	6%
Conselho Municipal de Saúde (CMS)	8	5%
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD)	7	4%
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	6	4%
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim)	4	2%
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	3	2%
Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas)	3	2%
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/SC)	3	2%
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Comseas)	3	2%
Conselho Municipal do Idoso (CMI)	3	2%
Conselho da APA da Baleia Franca (Conapa)	2	1%
Conselho Estadual de Saúde (CES)	2	1%
Conselho Estadual do Pronaf	2	1%
Conselho Municipal das Mulheres de Florianópolis (Comdim)	2	1%
Conselho Municipal de Direitos LGBT	2	1%
Conselho Estadual de Educação (CEE)	2	1%
Conselho de Bois de Mamão	2	1%

Fonte: Dados do Obisf (2022).

No caso das iniciativas informais, apenas 20% reconheceram incidir na esfera pública. Dessas, somente uma (20%) informou participar do Fórum Municipal Lixo Zero de Florianópolis, e a outra (20%) citou a participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis (Comseas) e no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (Consea/SC). A mesma iniciativa também informou participar do Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, além da Rede Ecovida e da Rede Semear Floripa. A Rede Semear, inclusive, uma das iniciativas observadas, teve um papel extremamente importante de participação e controle social no Programa Municipal de Agricultura Urbana Cultiva Floripa, entretanto, essa incidência se perdeu após uma ruptura com o poder público no final de 2020 (a arena pública de agricultura urbana é apresentada na seção 5.2 Cartografia das Iniciativas da Sociedade Civil que atuam na Agricultura Urbana em Florianópolis). As outras duas iniciativas (40%) informaram incidir na esfera pública através da mobilização política e comunitária, em movimentos sociais com ações políticas para dar visibilidade às causas, além de participação em movimentos estadual, nacional e internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em um esforço de integração dos ODS na agenda dos poderes públicos municipal e estadual.

Levantou-se, ainda, os principais financiadores, atores de suporte e parceiros das iniciativas da sociedade civil observadas em Florianópolis.

De acordo com a metodologia utilizada pelo Obisf, os financiadores são os investidores, públicos ou privados, que patrocinam financeiramente as iniciativas, com dinheiro e/ou produtos e/ou serviços. Os atores de suporte dão apoio técnico, formação ou outras atividades de suporte. E os parceiros, por sua vez, são outras iniciativas com as quais são estabelecidas parcerias na execução das atividades e/ou projetos.

Os **financiadores** recorrentes mais citados pelas iniciativas da sociedade civil observadas são da administração pública (47%), empresas privadas (40%), sociedade civil (12%) e universidades e/ou programas universitários (1%)⁴, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Financiadores Recorrentes das Iniciativas da Sociedade Civil Observadas

Financiadores Recorrentes	Qtde.	%	N. Citações	%
Administração Pública	34	22%	151	47%
Sociedade Civil	36	23%	39	12%
Empresas Privadas	86	54%	130	40%
Universidades/Programas	2	1%	2	1%
TOTAL	158	100%	322	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base em Obisf (2022).

As entidades que oferecem **suporte** às iniciativas da sociedade civil observadas são, em sua maioria, da administração pública (46%), seguidas de outras iniciativas da sociedade civil (33%), além de empresas privadas (13%), e universidades e/ou programas universitários (8%) (Tabela 18).

Tabela 18 – Entidades de Suporte Recorrentes das Iniciativas da Sociedade Civil Observadas

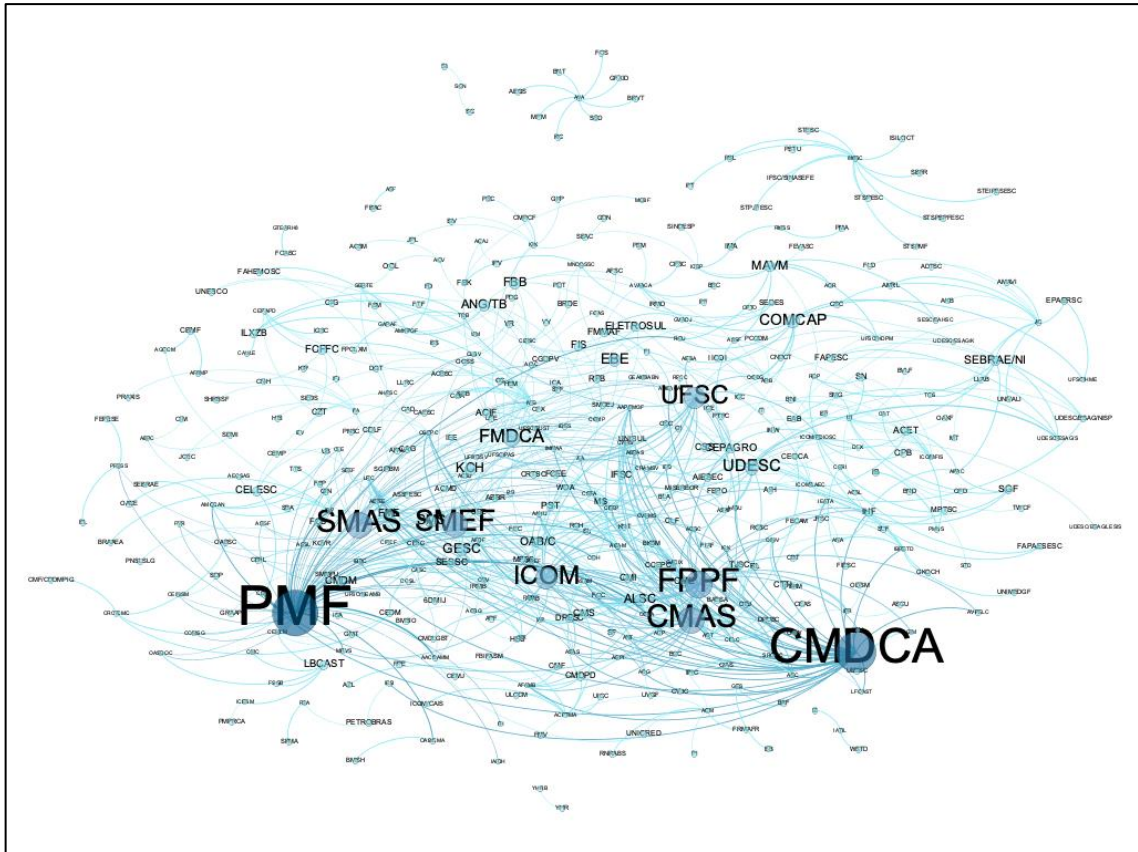
Suportes Recorrentes	Qtde.	%	N. Citações	%
Administração Pública	60	29%	274	46%
Sociedade Civil	73	35%	195	33%
Empresas Privadas	66	32%	75	13%
Universidades/Programas	9	4%	50	8%
TOTAL	208	100%	594	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base em Obisf (2022).

⁴ As doações de pessoas físicas não foram contabilizadas aqui, uma vez que todas as iniciativas contam com esses recursos para o desenvolvimento de suas ações e projetos.

Com relação aos financiadores e apoiadores recorrentes das iniciativas observadas, através da Análise de Redes Sociais (ARS) verificou-se que os principais atores são a PMF, o CMDCA e o FPPF, conforme Figura 7.

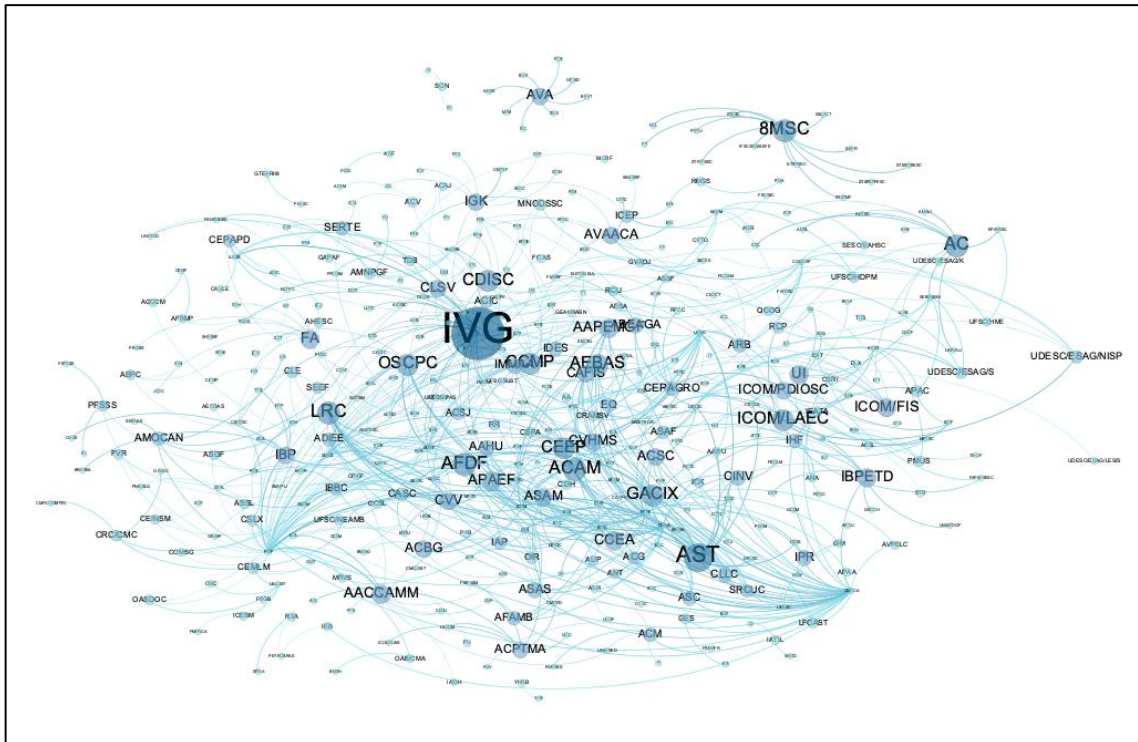
Figura 7 - Atores que financiam e apoiam as iniciativas das sociedade civil de Florianópolis



Fonte: Elaborada com base em Gephi (2022).

As iniciativas que mais recebem financiamento e apoio, em termos de quantidade de apoiadores, são o Instituto Padre Vilson Groh (IVG), a Ação Social da Trindade (AST), a Acolhida na Colônia (AC), a Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico (Acam) e o Lar Recanto do Carinho (LRC), conforme Figura 8.

Figura 8 - Iniciativas da Sociedade Civil de Florianópolis que recebem Apoio e Financiamento



Fonte: Elaborada com base em Gephi (2022).

Das mobilizações coletivas não institucionalizadas, 84% não informaram ter financiadores recorrentes. As 4 iniciativas que possuem financiadores relacionaram, sobretudo, financiamento público (88%), obtido junto à Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap), PMF, Semas, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), além do Mandato Agroecológico do Vereador Marquito.

Ainda sobre as mesmas iniciativas, 68% informaram receber suporte de diferentes atores. Os atores de suporte mais citados foram a Comcap, o Cepagro e o Mandato Agroecológico do Vereador Marquito. Do total dos atores de suporte relacionados, 63% são da administração pública, 32% da sociedade civil, e 5% de universidades.

Apesar de não ter sido possível levantar os valores recebidos pelas iniciativas pesquisadas por parte de cada ator informado, é possível verificar que há uma participação importante de recursos públicos que financiam as atividades das iniciativas da sociedade civil, assim como a administração pública representa importante apoio e suporte dessas iniciativas. Destacam-se como financiadores a PMF, os conselhos municipais (CMDCA, CMAS) e as secretarias municipais (Semas, SME), entretanto, essa relação não é exclusiva e nem majoritária. Conforme foi possível verificar, a participação da administração pública em termos de financiamento e suporte às iniciativas da sociedade civil se deu próximo a 50% das citações

realizadas. A sociedade civil, as empresas e as universidades completam esse panorama, sem os quais não seria possível a realização das atividades e projetos realizados pelas iniciativas na cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade civil em Florianópolis se configura enquanto um **conjunto social heterogêneo e plural** constituído por diversas iniciativas que vão desde organizações formalmente constituídas, como organizações sem fins lucrativos, organizações populares, ONGs de desenvolvimento, associações de economia social e solidária, até mobilizações coletivas não formalizadas, como coletivos informais, movimentos sociais e redes.

Essas iniciativas surgem na cidade buscando responder problemas públicos específicos mediante variados padrões e lógicas de ação, que vão desde a ideia da filantropia, do engajamento cívico comunitário, até a mudança e/ou transformação social.

A configuração da sociedade civil em Florianópolis é, além de diversa e plural, dinâmica, resultado da sua (re)definição ao longo do tempo, por meio de processos de contínuas transformações e adaptações.

Ao se aproximar o olhar para um conjunto de iniciativas da sociedade civil na cidade, verifica-se que a **maioria dessas iniciativas são jovens**, tendo sido fundadas nas duas primeiras décadas do século XXI.

Neste período observa-se uma redução no quantitativo de novas iniciativas de origem religiosa na capital (somente 10%, ao passo que as iniciativas de origem da sociedade civil perfazem um total de 86%), ao mesmo tempo que têm emergido, no campo, diversas mobilizações coletivas, como coletivos informais, movimentos sociais e redes (total de 26%) advindos da ação da própria sociedade civil. Dentre as OSCs fundadas nas duas primeiras décadas dos anos 2000, há predomínio de organizações de base popular (36%), seguidas de organizações sem fins lucrativos (29%).

Enquanto as OSCs têm atuado sobretudo em causas mais “tradicionais”, como a garantia de direitos das crianças e adolescentes, a assistência social e a educação, as ações coletivas não institucionalizadas concentram seu foco em arenas mais “emergentes”, em que há pouca atuação das OSCs, o que é o caso das causas da agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, gestão de resíduos e reciclagem, população em situação de rua e consumo consciente.

Há uma maior concentração de iniciativas na região central da capital (56%), cenário esse que se repete com as iniciativas não formais (60%). Esse fato é explicado porque a área

central é a região da capital com maior densidade demográfica, maior desigualdade de renda, além de contar com diversas comunidades carentes.

Entretanto, cabe ressaltar que nos últimos anos outras regiões da capital têm sido notabilizadas por elevado crescimento populacional e de comunidades reconhecidas pela vulnerabilidade social e violência, o que parece acender um importante alerta acerca da necessidade de uma maior presença de ações coletivas nesses territórios.

Analisando-se somente as últimas duas décadas, verifica-se que a região central continua sendo a área de atuação predominante das novas iniciativas criadas na cidade (53%). Contudo, também é possível identificar um aumento no número de novas iniciativas na região norte (9%), o que não se visualizou em décadas anteriores.

As iniciativas da sociedade civil reconhecem a vulnerabilidade social e econômica (71%), seguida de questões relacionadas à cidadania e de acesso a direitos (67%) e a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes (51%) como os principais problemas públicos na cidade.

Grande parte das iniciativas observadas em Florianópolis incidem na esfera pública mediante participação em conselhos de políticas públicas e fóruns (74%). Esse número cai consideravelmente quando se olha somente para as iniciativas não formais (20%).

Os principais financiadores e apoiadores das iniciativas da sociedade civil observadas são, sobretudo, da administração pública. Há uma aproximação importante entre as iniciativas e a administração pública, sobretudo com a PMF, os conselhos municipais (CMDCA, CMAS) e as secretarias municipais (Semas, SME), entretanto, essa relação não é exclusiva e nem majoritária. A sociedade civil, as empresas e as universidades completam esse panorama, sem os quais não seria possível a realização das atividades e projetos realizados pelas iniciativas na cidade.

A rede de parcerias do EIS de Florianópolis tem baixa densidade o que permite concluir que o volume de relações entre as iniciativas é pequeno diante da potencialidade das relações no EIS. Tal situação revela também um grau muito reduzido de conhecimento que cada iniciativa tem em relação às demais.

É possível verificar alguns *clusters* (ou aglomerados) que se destacam na rede do EIS da cidade, como o *cluster* de iniciativas que atuam principalmente na defesa de direitos das crianças e adolescentes, outro *cluster* cuja atuação se destaca na agricultura urbana e, por fim, outro aglomerado de iniciativas voltadas sobretudo para a defesa dos direitos das mulheres.

O panorama realizado até aqui permite (re)conhecer que a sociedade civil que atua em Florianópolis se configura em uma rede de “[...] interações formais e informais entre uma pluralidade de indivíduos, de grupos ou associações” (CEFAI, 2019, p.19), que partilha de

uma identidade em comum (ação coletiva da sociedade civil) e de um propósito em comum (ação sobre os problemas públicos) mas também tem muitas particularidades.

Entretanto, para que se possa entender melhor a sua atuação na governança pública e seus efeitos, é necessário ir além, e olhar para as relações socioestatais e os distintos regimes de governança que vão exercer influência nessa atuação, podendo ser vetores para impulsionar ou dificultar a promoção da inovação social.

Para isso é fundamental olhar para as arenas públicas, em um processo de investigação pública e experimentalismo democrático (ANSELL, 2011; SABEL; ZEITLIN, 2012; ANSELL; BOIN, 2019; FREGA, 2019), de forma a compreender melhor como atores e dispositivos se reportam e se comprometem (ou não) com um esforço coletivo para definir e controlar situações problemáticas bem como seus efeitos.

6. REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

- ANDION, C. Uma Historiografia do Conceito de Sociedade Civil: dos Clássicos aos Modernos. In: Anais do XI Colóquio Internacional de Poder Local. Salvador, dez. 2009.
- ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública. Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 54, p. 936-951, 2020.
- ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. *CAYAPA Revista Venezolana de Economía Social*, ano 4, n. 7, dez. 2004.
- ANDION, C. et al. Civil society and social innovation in the public sphere: A pragmatic perspective. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 3, p.369-387, 2017.
- ANHEIER. H. K. *Nonprofit Organizations. Theory, management, policy*. London/New York: Routledge, 2005.
- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- DOWLEY, K. M. and SILVER, D. B. 2002. "Social Capital, Ethnicity and Support for Democracy in the Post-Communist States." *Europe-Asia Studies* 54(4): 505-527.
- EDWARDS, M. (Ed). *The Oxford Handbook of Civil Society*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- EHRENBERG, J. *The History of Civil Society*. In: EDWARDS, M. (Ed). *The Oxford Handbook of Civil Society*. Oxford: Oxford University Press, p. 15-25, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LOPEZ, F. G. (Org.). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2018.

OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS. Obisf. Disponível em: <<http://www.observafloripa.com.br/is-home>>. Acesso em 2020.

REFERÊNCIAS

A seção de Referências não é numerada. As entradas são alinhadas à margem esquerda do texto, espaçamento simples e separadas por uma linha em branco.